

Selo da Legitimidade

Congresso

O novo Congresso se instala com a obrigação de remover o entulho deixado de herança pela representação que sai. Terá de se desdobrar em duas frentes — uma ética e outra de trabalho legislativo — para reabilitar seu antecessor que, com a missão de votar as leis complementares, chega ao fim do mandato com um saldo de frustrações.

A renúncia de Fernando Collor, na sessão de julgamento do *impeachment* presidencial, valeu como símbolo de legislatura que teve a seu dispor, mas não aproveitou, a oportunidade de resgatar a imagem comprometida pelo colaboracionismo parlamentar com os governos militares. Nunca mais o Congresso teve a dignidade dos tempos de antes de 1964. O outro lado da moeda desvalorizada foi a CPI do Orçamento, que administrou com forte sentimento corporativo os hábitos de corrupção parlamentar. Recusou-se a fazer serviço completo. O teste era a punição exemplar de seus pares, mas o Congresso se tocou por falsa compaixão, incompatível com a ética de quem lida com o dinheiro dos cidadãos.

Repercuteu mal na opinião pública a tibieza do plenário diante dos acusados, que preferiram atacar outros parlamentares, para não terem de se defender e se livrar da punição. No último ano de mandato, o Congresso deixou passar irresponsavelmente a oportunidade da fazer a revisão constitucional. Pode-se medir a indignação do eleitorado pela derrota de dois ex-presidentes do Senado (os veteranos Nélson Car-

neiro e Mauro Benevides), ou de cinco membros da máfia do Orçamento que o plenário inocentou, mas o eleitor não perdoou no último pleito.

O PRN, partido pelo qual Collor se elegeu e que chegou a contar com 41 deputados, contenta-se com um solitário representante no novo plenário. O vento eleitoral levou seus quatro senadores. O PSD, fiado apenas no prestígio da velha legenda, dispunha de 20 deputados antes da CPI e está reduzido a quatro. O folclórico Prona teve até candidato a presidente da República, mas não fez um deputado para amostra. Não é possível fingir que esses indícios não merecem atenção. Se os políticos não aprendem, pior para eles. O eleitor vem aprendendo a votar.

O novo Congresso é beneficiado pela perspectiva de mudanças acumuladas. Chega com o governo de Fernando Henrique, que tem estilo limpo e o toque histórico da socialdemocracia. O impulso reformador, sob a égide da ética e da eficiência administrativa, não é restrito ao Executivo: a oportunidade está aberta ao Congresso através da reforma constitucional que vence os últimos preconceitos a tempo de proporcionar espetáculo político de grandes proporções.

O Congresso tem todas as condições de voltar a ser a principal referência da vida política: as crises e as soluções políticas sempre marcaram a representação nacional. Passa por ele a responsabilidade da reforma constitucional com a visão do futuro. Não pode faltar o selo da legitimidade.